

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA

GOVERNAR PORTUGAL AO CENTRO

A ser presente ao Congresso do Partido Social Democrata
de 17, 18 e 19 de Dezembro de 2021





MOÇÃO DE ESTRATÉGIA

GOVERNAR PORTUGAL AO CENTRO

A ser presente ao Congresso do Partido Social Democrata
de 17, 18 e 19 de Dezembro de 2021

ÍNDICE

1. UMA ESTRATÉGIA COM RESULTADOS	1
2. OS DESAFIOS DE UM FUTURO PRÓXIMO	8
3. UMA ESTRATÉGIA RENOVADA	11
4. AS LIÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS ELEITORAIS	13
5. OS PRINCIPAIS DESAFIOS QUE SE COLOCAM À ECONOMIA, À SOCIEDADE E AO ESTADO	15
6. UMA NOVA CULTURA POLÍTICA PARA UMA AGENDA REFORMISTA	23
7. AFIRMAR A ALTERNATIVA, CONSTRUIR A MAIORIA PARA GOVERNAR PORTUGAL	26

1. UMA ESTRATÉGIA COM RESULTADOS

Há pouco menos de dois anos os delegados ao 38º Congresso Nacional do Partido Social Democrata aprovaram por esmagadora maioria a moção de estratégia **Portugal ao Centro** apresentada pelo candidato vencedor das eleições diretas de Janeiro de 2020. Logo na sua abertura se expressava o grande objetivo do PSD:

Só há um caminho para percorrer: aquele que de forma mais eficaz e sustentada conduza o PSD ao Governo de Portugal e Rui Rio ao cargo de Primeiro-ministro. Não se trata de um mero desígnio partidário ou de uma ambição pessoal, tão só o reconhecimento que os Portugueses merecem um governo que os sirva melhor e de políticas que respondam às reais necessidades de desenvolvimento do país.

Não nos resignamos ao lento definhar das instituições, à perda de qualidade de vida e do bem-estar dos Portugueses, à estagnação da economia e à perda da nossa competitividade externa, ao descabro dos serviços públicos e à falência do Serviço Nacional de Saúde, ao crescente sufoco fiscal e ao deficit de oportunidades que empurra todos os anos dezenas de milhares de Portugueses para a emigração.

No final do texto do mesmo documento, onde se enuncia “a ambição de um resultado vitorioso nas próximas eleições autárquicas de 2021” e o objetivo de preparar a alternativa ao Governo do Partido Socialista suportado por uma maioria de esquerda, declarava-se:



*Se conseguirmos concretizar com sucesso as linhas estratégicas que acabámos de enunciar, poderemos assumir que **a partir de 2021 o PSD estará em condições reforçadas para Governar Portugal.***

Não valerá a pena entrarmos em exercícios de adivinhação ou em delírios prospectivos quanto ao cumprimento da legislatura do atual Governo. É mais importante melhorarmos as nossas propostas e afirmarmo-nos como verdadeira alternativa aos olhos dos Portugueses.

*Se à **ambição** conseguirmos acrescentar uma **liderança responsável e mobilizadora, a credibilidade e a confiança** indispensáveis ao bom cumprimento dessa missão, então teremos reunidas as condições que nos poderão conduzir à vitória.*

Estes excertos sintetizam o fundamental de um programa e de uma visão que foram plenamente concretizados. O PSD construiu a alternativa e preparou-se para **Governar Portugal**.

A presente moção consubstancia a continuidade de uma opção estratégica feita, apresentada, debatida e maioritariamente sufragada nos últimos quatro anos por dois Congressos Nacionais e duas eleições diretas do atual Presidente da Comissão Política Nacional, **Rui Rio**. Politicamente, os resultados obtidos são incontornáveis:

- O PSD ganhou as eleições regionais da Madeira, dando continuidade à liderança do nosso companheiro Miguel Albuquerque.
- O PSD interrompeu a sucessão de vitórias do Partido Socialista na Região Autónoma dos Açores que se estenderam por 24 anos. O nosso companheiro José Manuel Bolieiro preside hoje ao Governo Regional dos Açores.
- O PSD foi o primeiro partido a formalizar o apoio á candidatura do nosso companheiro Marcelo Rebelo de Sousa, contribuindo para a sua reeleição.
- O PSD, sem ter ganho as eleições autárquicas de 2021, obteve um resultado politicamente vitorioso que se traduziu no aumento significativo de mandatos autárquicos,

de juntas de freguesia, de câmaras municipais e da maioria capitais de distrito, com destaque, pelo seu simbolismo, do Município da capital, Lisboa.

- Estes resultados superaram os obtidos em 2017 e em 2013. Com eles o PSD recuperou uma parte significativa do voto urbano que vínhamos perdendo desde 2009, mas, mais importante, fez “descolar” uma parte significativa do eleitorado que havia dado a vitória ao Partido Socialista em 2015 e 2019.



2. OS DESAFIOS DE UM FUTURO PRÓXIMO

A situação política atual está marcada pela não aprovação do Orçamento Geral do Estado para 2022 e a pela decisão do Presidente da República de convocar eleições antecipadas, interrompendo assim o ciclo de governação socialista que se iniciou em 2015.

A quebra de confiança entre os parceiros que suportavam o Governo Socialista liderado por António Costa, resulta da acumulação de compromissos incumpridos, apenas possível pela dispensa de um acordo escrito que contratualizasse o apoio parlamentar das forças partidárias à sua esquerda.

Para o PS foi uma oportunidade para prolongar o seu ciclo de governação. Algo que há muito constava dos seus cenários e que o mau resultado nas autárquicas, especialmente a derrota em Lisboa, acabou por criar.

Neste contexto, para o PSD e tal como afirmámos há quase dois anos, “só há um caminho para percorrer: aquele que de forma mais eficaz e sustentada conduza o PSD ao Governo de Portugal e Rui Rio ao cargo de Primeiro-ministro”. As próximas eleições legislativas são igualmente uma oportunidade de quebrar o ciclo de hegemonia do Partido Socialista e dos partidos à sua esquerda.

Entretanto há que lembrar que à crise política se associam as crises pandémica, económica e social. Vivemos tempos de incerteza e não há soluções testadas para enfrentar os novos desafios.

A crise pandémica, não obstante o sucesso da campanha de vacinação, não está superada e será bom olhar para os restantes países europeus para recearmos um novo agravamento da epidemia.

A recuperação da crise económica está confrontada com uma conjuntura adversa a nível internacional: aumentos dos preços do petróleo e da energia, escassez e carestia das matérias primas, crise nas cadeias de abastecimento, aumento dos fretes marítimos, refletindo-se todos estes sintomas no aumento da pressão inflacionista que corrói os rendimentos, especialmente dos mais carenciados, e nas dificuldades crescentes sentidas pelas empresas.

Uma crise social que se instalou durante a pandemia e que poderá refletir-se em movimentos sociais de protesto, juntando ineficiência dos serviços públicos, especialmente do setor da saúde, com contestação à subida dos preços de bens essenciais e aos custos de endividamento das famílias.

Se a esta conjuntura associarmos nove meses sem uma clarificação das opções governativas poderemos imaginar o potencial de perda e de bloqueio que irá decerto ser agravada por um recrudescimento das ações sindicais com greves sucessivas e manifestações de rua.

O estado das finanças públicas reflete o trajeto prosseguido desde 2016, aumento da despesa primária em 17 mil M€, máximo histórico da carga fiscal em 35% e da Dívida Pública em 135% do PIB. **Esta tendência e os níveis atingidos não são sustentáveis.** Para além do peso excessivo da presença do Estado na economia e na vida social, a sua exposição a choques conjunturais externos reveste-o de uma extrema fragilidade.

É neste contexto de fragilidade e de elevado risco que se realizarão as próximas eleições legislativas. A alternativa que se coloca aos eleitores no próximo dia 30 de janeiro está entre uma conceção socialista do Estado, da economia e da sociedade e uma visão social democrata moderada e reformista, capaz de fazer libertar Portugal dos espantalhos institucionais em que nos deixámos enlear.

As próximas eleições decidir-se-ão ao centro do espetro político-partidário. É esse centro político que determinará qual das opções vingará: ou a continuidade das políticas de esquerda que têm conduzido ao empobrecimento relativo do nosso país face aos nossos parceiros europeus, ou a mudança para uma política de liber-



tação da economia e da sociedade portuguesas de forma a retomar um crescimento mais rápido e competitivo que permita criar mais riqueza, melhores salários e mais oportunidades que respondam às aspirações pessoais e sociais dos Portugueses.

Se à esquerda imperou a **retórica das desigualdades sociais**, não a poderemos substituir pela **retórica alternativa da mobilidade social**. Estes dois problemas característicos da sociedade portuguesa só podem ser superados com a produção de riqueza que crie mais e melhor emprego, melhores salários e melhores oportunidades para todos os Portugueses.

3. UMA ESTRATÉGIA RENOVADA

A presente moção tem como referenciais da ação política os expressos nos seguintes documentos:

- O **Programa do PSD**, na sua versão mais recente, aprovado no XXXIV Congresso de Março de 2012, reafirma os valores fundamentais e os princípios orientadores da ação política.
- As **Moções de Estratégia aprovadas no XXXVII e XXXVIII Congressos de Fevereiro de 2018 e de 2020** que constituem o principal referencial na atuação do PSD nos últimos quatro anos. As ideias estruturantes que então foram definidas e sufragadas por unanimidade pelos delegados ao Congresso mantêm-se atuais, no fundamental.
- O **Programa Eleitoral das Eleições Legislativas de Outubro de 2019**. Produto do trabalho desenvolvido pelo Conselho Estratégico Nacional, o Programa Eleitoral de 2019 representa o compromisso do PSD com o seu eleitorado e abarca as reformas e as medidas consideradas indispensáveis para fazer sair Portugal do modesto crescimento que temos registado e das limitações reais à liberdade e salvaguarda dos direitos dos cidadãos.
- O **Programa de Recuperação Económica – PSD** de Maio de 2020 e o **Programa Estratégico e dos Fundos Europeus PSD–PORTUGAL 2020/2030** de Outubro de 2020, concebidos pelo Conselho Estratégico Nacional.
- As propostas e outras iniciativas que o **Grupo Parlamentar do PSD** apresentou e desenvolveu nas duas últimas legislaturas da Assembleia da República.



Mais do que uma nova estratégia, pretendemos delinear uma **estratégia renovada** que atualize as grandes linhas definidas e prosseguidas nos últimos quatro anos. Ao contrário do Partido Socialista não defendemos mudanças ao sabor da conjuntura nem medidas ao gosto das modas políticas. Mantemo-nos fiéis aos princípios e apostados em concretizar, passo a passo, o propósito e o caminho que definimos.

A estabilidade das grandes opções é compatível com as medidas inovadoras que preconizamos e o único garante de podermos com convicção superarmos os fatores de incerteza e de adversidade que possamos ter de enfrentar.

4. AS LIÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS ELEITORAIS

Não nos move qualquer intenção de fazer um balanço contabilístico dos resultados eleitorais. Para quem raciocina em termos de ganhos e perdas deveria perceber que para além das leituras quantitativas que os resultados evidenciaram, identificou-se uma alteração na composição social da nossa base eleitoral.

Nos últimos dez anos registaram-se três grandes alterações na base eleitoral do PSD:

- Perda significativa do eleitorado sénior (principalmente pensionistas e reformados que constituíam um dos pilares mais sólidos do eleitorado PSD, desde a década de 90). É precisamente esse eleitorado que é hoje o principal suporte do Partido Socialista. Quebraram-se os laços de confiança que durante anos se estabeleceram e que, ao presente, é imperioso recuperar.
- Redução da implantação eleitoral nos principais centros urbanos. Ainda que a tendência seja anterior, o PSD perdeu expressão nas áreas metropolitanas – com especial incidência na Área Metropolitana de Lisboa - e nas cidades médias, nomeadamente nas capitais de distrito. Esta tendência confirmou-se quer nas eleições legislativas quer nas autárquicas de 2013, 2015, 2017 e 2019.
- Em compensação o PSD ganhou maior peso junto do eleitorado mais jovem e dos ativos com médias e altas qualificações.

Os primeiros sinais de inversão desta tendência registaram-se nas eleições legislativas de 2019 e confirmaram-se nas eleições autárquicas de 2021. O PSD alargou a sua representação nas zonas urbanas através da vitória em



Lisboa e na maioria das capitais de distrito. Reforçou o peso eleitoral entre a classe média, os ativos de elevadas qualificações e o eleitorado mais jovem.

Entretanto, falta-nos reforçar a nossa implantação junto do eleitorado mais idoso. Existe, agora, um potencial de crescimento que não pode ser desprezado nem desperdiçado. Sabemos concretizá-lo nas próximas eleições legislativas de 30 de janeiro de 2022, reconquistando a confiança dos Portugueses e assegurando a estabilidade e enraizamento social do projeto social democrata que todos ambicionamos para Governar Portugal.

5. OS PRINCIPAIS DESAFIOS QUE SE COLOCAM À ECONOMIA, À SOCIEDADE E AO ESTADO

O mais decisivo bloqueio que é urgente superar é o da economia. Portugal vive desde o início deste século uma estagnação económica (crescimento médio do PIB per capita de 0,3% ao ano, de 2001 a 2020) em que os períodos de crescimento lento são entrecortados por crises e uma recessão que deixaram marcas profundas no tecido económico e empresarial português.

A economia Portuguesa é pouco competitiva e tem baixa produtividade, devido a um conjunto de “estrangulamentos”, perfeitamente identificados, onde se destacam:

- os custos de contexto e a elevada burocracia;
- um sistema fiscal instável, complexo, com elevados custos de cumprimentos, com elevada morosidade e elevada carga fiscal, sobretudo sobre os rendimentos do trabalho e sobre as empresas;
- serviços públicos pouco eficientes, uma elevada despesa corrente primária e uma elevada dívida externa e pública;
- um sistema de Justiça moroso e pouco eficiente;
- pouca concorrência em diversos setores, com elevados custos de entrada, o que gera uma distorção nesses mercados e no preço desses



bens e serviços, que muitas vezes são inputs de custo importantes noutros setores;

- baixo investimento privado e público e baixos níveis de poupança;
- um mercado laboral dual e rígido;
- falta de ligação entre as universidades e a investigação e as empresas, com baixos níveis de inovação e criação de valor;
- falta de mão de obra qualificada em diversos setores, sobretudo industriais;
- empresas com reduzida dimensão (dificultando economias de escala), com baixa capitalização (muito endividadas) e com baixo nível de internacionalização (Portugal é o 2º país da Coesão com menor valor das exportações em % PIB).

A economia portuguesa perdeu competitividade e está a ser ultrapassada pelas economias dos países europeus de adesão mais recente à UE. Aquelas que deveriam ser as alavancas do crescimento económico – as exportações e o investimento – estão a dar sinais de estagnação, após um período favorável que permitiu sair da situação recessiva.

No período entre 2015 e 2019, apesar da conjuntura económica muito favorável, não foram encetadas reformas estruturais que permitissem melhorar a competitividade, aumentar a produtividade (que se reduziu nesse período) e aumentar o potencial produtivo da economia nacional no médio e longo prazo.

A crise de 2020-2021 veio mostrar a fragilidade da economia Portuguesa. E o PRR, com uma ausência de reformas e medidas focadas nas empresas e na competitividade, bem como uma alocação de recursos errada, não trará a necessária transformação da economia Portuguesa, que precisa de subir na cadeia de valor, promover a inovação e o valor acrescentado, apostando em setores com mão de obra especializada e de salários mais elevados.

Neste contexto, torna-se difícil responder às justas aspirações dos Portugueses de verem aumentado o seu rendimento, o seu bem-estar e qualidade de vida. **Não podemos continuar a assentar a nossa competitividade nos baixos salários quando demos passos decisivos no aumento das qualificações.** Se temos pessoas mais qualificadas pelo aumento da escolarização e não con-

seguimos criar oportunidades para acederem a níveis remuneratórios mais consentâneos com essas qualificações arriscamo-nos a perder todo o investimento feito nas novas gerações. Para evitar esse cenário precisamos urgentemente de fazer crescer a riqueza gerada em cada ano a ritmos mais elevados, a valorizar os recursos próprios e inovar nas ofertas e nos processos produtivos, nomeadamente pela maior integração na economia digital e pelo recurso às novas tecnologias.

Porém, é urgente perceber que a digitalização não é uma panaceia que resolve todos os problemas das empresas e dos serviços públicos. **A digitalização e as novas tecnologias são meros instrumentos que aplicados a estruturas e organizações obsoletas não geram acréscimos significativos de produtividade.** Por isso, é necessário **associar a inovação tecnológica à inovação organizacional** que conduza à mudança de processos e culturas empresariais.

O segundo bloqueio é a demografia. Portugal está mergulhado numa dinâmica de regressão demográfica para a qual não se encontra solução a curto e médio prazo. O problema agrava-se ainda mais se considerarmos que essa quebra atinge de forma mais expressiva as regiões do interior do território. Esta situação resulta do efeito conjunto de dois fatores (saldos naturais e saldos migratórios negativos) cujo efeito acumulado sustenta a rápida diminuição dos efetivos populacionais.

A redução lenta, mas continuada, dos nascimentos já não compensa a mortalidade. Impõe-se assim enfrentar a quebra da natalidade de forma sistemática e quanto antes. **Promover políticas favoráveis ao aumento da natalidade passa por alterarmos profundamente as políticas de maternidade e de infância, de forma a apoiar as famílias a concretizar a fecundidade desejada e a fazê-lo cada vez mais cedo.** Na infância é necessário construir um novo quadro de educação de infância que permita apoiar as famílias na conciliação com a atividade profissional e criar condições de creche e jardim de infância mais acessíveis.

Em relação aos fluxos migratórios é necessário reconhecer que, considerando o atual nível de rendimentos da população ativa, vamos continuar a assistir à emigração de jovens e adultos cada vez mais qualificados que buscam



no exterior as remunerações ajustadas à sua qualificação. Por outro lado, a imigração que poderia compensar essas saídas, não atinge os números necessários pela mesma razão por que os nacionais também emigram. Os baixos salários e a precaridade das condições de trabalho, habitação e bem-estar, não são suficientemente atrativos para justificar a preferência pelo nosso país. Mesmo aqueles que nestas condições imigram, dispõem de reduzidas qualificações e acabam por contribuir para a reprodução do modelo económico assente em baixos salários e baixas qualificações.

Neste contexto, há que reconhecer que **estamos a esmagar os estratos médios da população e a acentuar as assimetrias sociais**. Esta situação é tanto mais grave quanto o próprio Estado, através da fiscalidade, tem contribuído para a esse atrofamento dos estratos intermédios. **Aquela que é a maior carga fiscal na história das finanças públicas portuguesas é um dos maiores sufocos que inibe a mobilidade social ascendente e aumenta o risco de pobreza entre os que trabalham, não obstante serem mais qualificados, e os mais jovens.**

É urgente inverter esta política: O Estado não pode continuar a fazer cada vez mais despesa para aumentar cada vez mais a carga fiscal. Onde e quando vamos parar?

O terceiro desafio prende-se com a **valorização dos recursos naturais e com os riscos decorrentes das alterações climáticas**. O PSD vê com grande preocupação o facto de ao aumento destes riscos corresponder muita retórica e poucas ações concretas. Atualmente os movimentos sociais em defesa da descarbonização e do ambiente estão a ser capturados por forças radicais, identificando-se como anticapitalistas, mais não fazendo que difundir novas ortodoxias e novos radicalismos.

O PSD tem uma tradição de defesa e promoção de políticas ambientais e terá de liderar a resposta a esse desafio em Portugal. A neutralidade carbónica é um enorme desafio que exige um compromisso sério na adoção de políticas que permitam antecipar a meta estabelecida. Porém, esse progresso desejado não poderá ser lesivo ou limitativo do crescimento económico. Uma coisa é adotar políticas exigentes quanto à sustentabilidade e minimização de impactos ambientais. Outra, completamente diferente, é utilizar as políticas ambientais como travão ou dissuasor do investimento, da produção de riqueza ou da sua distribuição.

O quarto desafio que representa uma situação de bloqueio é a **degradação dos serviços públicos**.

A situação do Serviço Nacional de Saúde é a que se apresenta mais grave. Para além dos crónicos problemas de subfinanciamento, o SNS é vítima de uma gestão sem critério, sem autonomia nem responsabilidade que a transforma em ineficiência estrutural.

A recente crise pandémica foi um teste à ineficiência estrutural que apenas foi superada pela dedicação e competência dos profissionais de saúde. Após a última vaga os velhos problemas de incapacidade de resposta às necessidades das populações voltaram a emergir.

Por outro lado, a forma como se têm degradado as condições de trabalho e remuneratórias dos profissionais de saúde conduziu a um sério problema de rutura do serviço por falta de recursos humanos. Aquilo que já identificamos como soluções pontuais – encerramento de serviços de urgência por falta de profissionais, aumento das listas de espera e do tempo de resposta a situações críticas – corre o risco de se transformar em casos generalizados a todo o sistema. Os Portugueses confiam cada vez menos na capacidade de resposta do SNS e estão a recorrer em maior número aos seguros de saúde como forma de acesso à oferta privada. Se adicionarmos os atuais 2,7 milhões de Portugueses com seguros de saúde aos beneficiários da ADSE e de outros subsistemas, estaremos a caminhar, a passos largos, para cerca de metade da população portuguesa fora do SNS.

Não há alternativa a considerarmos os serviços de saúde, públicos e privados, como um todo, mobilizando todos os recursos disponíveis para a concretização do objetivo principal: assegurar um bom serviço de saúde, em tempo e com qualidade.

O segundo sector que exige uma reforma urgente é a Justiça. A organização com traços marcantes de corporativismo e não sujeita ao escrutínio público, a morosidade dos processos que ilude o respeito e defesa dos direitos fundamentais, e os entraves ao acesso a este bem público fundamental por parte de todos os cidadãos, são os sintomas de uma tendência que urge inverter. Estes três sintomas reúnem-se numa só consequência: a falta de confiança dos cidadãos no sistema de justiça. Quando tal acontece é o Estado de Direito e o próprio Regime Democrático que é posto em causa.



Um dos setores onde esses sintomas são mais expressivos é na Justiça Administrativa e Fiscal pelos efeitos que produzem no funcionamento da economia, na confiança dos investidores e na salvaguarda do direito dos cidadãos face ao poder coercivo do Estado.

O PSD já apresentou as suas propostas para a Reforma da Justiça. Se mais não se avançou foi única e simplesmente por falta de vontade política do Partido Socialista e das forças à sua esquerda. Será decisiva a construção de uma maioria inequívoca para que esta e outras reformas possam produzir os efeitos esperados.

O terceiro sector que dá sinais de bloqueio é o da habitação e das infraestruturas.

A liberalização do mercado imobiliário e o aumento da procura por parte de fundos de investimento nacionais e estrangeiros têm produzido um aumento significativo dos preços no centro das cidades, especialmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, o que tem sustentado um aprofundamento da dualidade centro-periferia com as famílias da classe média, os casais mais jovens e os segmentos de menor rendimento a serem remetidos para zonas cada vez mais afastadas do centro.

Esta tendência tem densificado os movimentos pendulares, na sua maioria recorrendo ao transporte individual, agravando as condições de bem-estar e a emissão de gases com efeito estufa.

Por isso, serão decisivos os investimentos na **mobilidade elétrica** e, com especial urgência, na **ferrovia**.

O quinto desafio prioritário é o da educação. Após quinze anos de progressos assinaláveis o sistema educativo português dá os primeiros sinais de retrocesso. A adoção de concepções assentes em visões românticas e na generalização do experimentalismo curricular e pedagógico está a fazer Portugal recuar à situação de final do século passado em que as “boas” intenções da “esquerda pedagógica” raramente davam bons resultados. Os resultados dos últimos testes internacionais confirmam o risco de reversão.

Os efeitos das políticas adotadas desde 2015 refletem-se na desorganização do sistema de ensino, o envelhecimento, a desmotivação e a não renovação dos quadros docentes, a precariedade dos jovens educadores, professores e investigadores. O sistema de ensino, formação e de produção científica e cultural está a definhar sem que o Governo tenha qualquer estratégia de qualificação para o sector.

A reforma da educação tem de começar pelas bases, a saber, a educação de infância (creches e infantários) acessível a todas as crianças, promoção do sucesso escolar, rigor e clareza curricular, diversidade pedagógica, instrumentos sistemáticos de avaliação das aprendizagens, dignificação da profissão docente e autonomia das escolas. Só assim poderemos voltar a considerar a educação como o principal motor da integração e da mobilidade social. Só assim poderemos superar o deficit de qualificações que o desenvolvimento tecnológico exige.

Por último, mas não menos importante, **a reforma do sistema político**. O regime político instituído pela Constituição Portuguesa de 1976 e a sua Revisão de 1982, deu passos decisivos na afirmação e consolidação da democracia e dos direitos fundamentais do cidadão. De uma forma geral não se identificam na história destes mais de quarenta anos situações de rutura institucional e ou de suspensão das liberdades e garantias dos cidadãos que justifique uma alteração profunda dos preceitos constitucionais. Este é o regime com que os Portugueses se identificam e não expressam de forma consistente e relevante qualquer vontade de proceder à sua alteração.

Porém, há que reconhecer que o mundo mudou e a sociedade portuguesa registou um inegável desenvolvimento em termos económicos, sociais e culturais que colocam o problema de se saber até que ponto a erosão dos tempos não terá afetado o normal funcionamento das instituições.

No que respeita ao funcionamento do sistema político essa erosão expressou-se na degradação dos mecanismos de representação e no afastamento, lento, mas progressivo, dos cidadãos em relação às instituições políticas. **Há que reconhecer que existe uma crise de representação.**



Por isso entendemos que é tempo de iniciar uma reforma do sistema político que comece nos partidos políticos e acabe na própria reforma do Estado e das suas instituições centrais. O afastamento dos cidadãos expresso no seu indiferentismo e o deficit de confiança nas instituições são sinais que deveriam mobilizar todos os partidos para uma reflexão em torno da sua organização, da sua ligação à sociedade e dos mecanismos de representação.

Face ao crescente risco de populismo e radicalismo na sociedade portuguesa é necessário encontrar respostas que contribuam para o reforço das instituições, para a sua maior transparência e escrutínio, para a sua capacidade para responderem aos problemas do País e dos Cidadãos.

O Estado que temos debate-se com uma evidente desadequação de escala: tornou-se pequeno demais para os grandes desafios e problemas da Humanidade – caso das alterações climáticas, das redes financeiras globais, do tráfico de armas, drogas e seres humanos – e grande demais para os pequenos problemas dos seus cidadãos – incapacidade e degradação dos serviços públicos de proximidade, isolamento e exclusão social, a pobreza endémica e o deficit de oportunidades.

Para lidar com estes problemas o Estado terá de encontrar soluções no concerto das nações e na cooperação mundial, por um lado, e na descentralização decorrente da promoção do princípio da subsidiariedade, por outro lado. O problema não se coloca só em ter mais Estado ou menos Estado, está em ter outro Estado, dispondo dos instrumentos indispensáveis para ganhar esses desafios.

O Partido Social Democrata apresentou no seu Programa Eleitoral às eleições Legislativas de 2019 um conjunto de medidas que respondem a este e outros problemas. Nada justifica que esse programa seja relegado para o esquecimento. Pelo contrário, ele deverá constituir o guia das reformas e das medidas que continuaremos a reclamar para o País. Adiar as reformas é agravar os problemas e onerar as soluções.

6. UMA NOVA CULTURA POLÍTICA PARA UMA AGENDA REFORMISTA

Após seis anos de governação socialista sem que se tenha concretizado qualquer reforma estrutural que responda de forma sustentada aos problemas de Portugal, agravam-se os indicadores de bloqueio. Débil crescimento económico e endividamento insustentável, degradação do sistema político, recessão demográfica, falta de autoridade e eficiência da ação pública da Administração e do Estado.

Só o PSD tem uma agenda reformista que responde a esses bloqueios. Porém, os requisitos para a concretização bem-sucedida dessa agenda passam por uma **Nova Cultura Política** capaz de enfrentar as adversidades e resistências que lhe estão associadas.

Poderemos ter as melhores propostas, as melhores soluções para os problemas do País, os melhores quadros para as poderem implementar, mas se não tivermos a **confiança dos Portugueses** de nada nos serve essa vantagem.

O primeiro requisito da confiança é a credibilidade da nossa ação. Ao PSD exige-se-lhe que assuma uma conduta responsável, colocando os interesses de Portugal acima dos interesses do Partido. “Portugal primeiro” não é um mero slogan, é um princípio orientador da ação política. Tal como reafirmámos no nosso programa eleitoral de 2019: “Quando colocamos o interesse nacional em primeiro lugar temos de estar disponíveis para sacrificar parcialmente as nossas propostas em prol de um interesse superior. A prática do confronto partidário e dos combates ideológicos tem de dar lugar, sempre que esse interesse esteja em causa, à **disponibilidade para encontrar soluções através do**



diálogo e do compromisso. Quando falamos de compromissos, não falamos necessariamente de consensos. Não esperamos que se sacrifiquem as convicções e as matrizes ideológicas em que assentam os diferentes programas políticos. Esperamos tão só disponibilidade para encontrar e viabilizar as melhores soluções para os problemas reais de Portugal e dos Portugueses.”

Não é pelo facto de elevarmos mais a voz que passamos a ter maior razão. A **“política espetáculo” não pode ter lugar num partido que aspira a governar Portugal.** Se o fizermos, arriscamo-nos a ser iguais aos que no atual Governo fazem da comunicação o principal instrumento de manipulação dos cidadãos através dos media. Também neste particular domínio o PSD tem de fazer a diferença.

Precisamos de uma nova cultura política que dê voz e sentido de futuro aos que ambicionam um Portugal maior e que nos liberte de glórias passadas. Uma coisa é respeitar o património político do PSD, outra, completamente diferente, é ficarmos presos a ele.

Nessa nova cultura política o conceito de **justiça intergeracional** é decisivo para conferir ambição e sentido de futuro às nossas propostas. O PSD quer governar para dar às novas gerações mais e melhores oportunidades para concretizarem os seus projetos de vida.

Um partido político que queira conquistar a confiança dos Portugueses tem de orientar a sua ação pela **independência face aos múltiplos grupos de interesse**, pela **transparência das suas decisões** que são sujeitas ao escrutínio social e por uma **ética da responsabilidade** no acesso aos bens públicos.

O PSD elege o **combate à corrupção** como uma das suas bandeiras. Porém, a prioridade tem de centrar-se na eliminação dos contextos que favorecem essa corrupção. Temos de afirmar a nossa **independência face às oligarquias, eliminar a lógica clientelar no acesso aos cargos públicos e contrariar a ação das parentelas na ocupação do aparelho do Estado, das Autarquias e empresas públicas**, especialmente nos órgãos executivos de nomeação.

Por outro lado, há que tornar mais rigorosos e transparentes os quadros normativos e regulamentares: por detrás do excesso de legislação e regulamentos, da sua falta de rigor e

da ambiguidade que muitas vezes revela, está o risco de corrupção. Temos de combater a corrupção, mas, em paralelo, preveni-la pela maior qualidade das normas.

Uma nova cultura política exige uma ética da responsabilidade, de transparência e de defesa do bem comum, requisitos indispensáveis para restabelecer a confiança dos Portugueses no PSD, no regime democrático e no sistema político.

Há que reforçar a marca reformista do PSD. Aquilo que nos une e ao mesmo tempo nos distingue dos outros partidos do espectro parlamentar é a marca reformista que o PSD, ao longo da sua história e da sua ação, consolidou e o fez respeitado pelos Portugueses. Coexistimos enquanto social democratas, conservadores e liberais, num mesmo partido porque partilhámos um conjunto de valores e de práticas políticas que nos identificam como reformistas. Na história das ideias políticas e nos seus mais recentes desenvolvimentos **o reformismo é a alternativa quer ao socialismo, quer ao neoliberalismo. Somos reformistas e social democratas porque não sacrificamos a liberdade à igualdade, porque somos personalistas e solidários sem criar dependências, porque defendemos um Estado que liberta a sociedade e que não a asfixia.**

Somos reformistas pela prática política e pela forma como encaramos os desafios mais difíceis que se colocam ao desenvolvimento de Portugal. Problemas estruturais exigem ações sistemáticas e concertadas em tudo contrárias à medida desgarrada, à intervenção casuística ou à ilusão dos multiplicados anúncios sem consequências que se reflitam nos processos de mudança, no desenvolvimento humano e no bem-estar dos Portugueses.

A degradação progressiva das instituições e dos serviços públicos, mais tarde ou mais cedo, vão precisar da resposta reformista que só o PSD pode dar.



7. AFIRMAR A ALTERNATIVA, CONSTRUIR A MAIORIA PARA GOVERNAR PORTUGAL

Ao longo dos últimos quatro anos, o PSD tem vindo a construir a alternativa. Através do **Conselho Estratégico Nacional** conseguimos reunir um valioso conjunto de quadros técnicos e especialistas que têm vindo a formular contributos, soluções e medidas, devidamente ponderadas face aos recursos disponíveis. As ideias existem, só há que as afirmar e fazer chegar junto dos Portugueses.

O próximo Programa Eleitoral com que nos apresentaremos às eleições legislativas de 30 de janeiro de 2022 refletirá esse esforço de reflexão e sistematização de soluções.

O PSD está em condições de Governar Portugal. Saibamos recuperar a confiança dos Portugueses através das nossas propostas e de uma **liderança responsável, credível e mobilizadora**.

Por último, importa **construir uma nova maioria sem linhas vermelhas**, assente no diálogo e no compromisso, à esquerda ou à direita, cujo único limite será a da moderação, do respeito pelas instituições constitucionais e a do superior interesse nacional.



